

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.491.019 - RS (2019/0113753-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : IRGOVEL IND RIOGRANDENSE DE OLEOS VEGETAIS LTDA
ADVOGADOS : FABIANA TENTARDINI - RS049929
HENRIQUE CELSO FURTADO BURNS MAGALHÃES -
RJ165040
RONALDO MUNIZ MACHADO JÚNIOR - RS102084
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por IRGOVEL IND RIOGRANDENSE DE OLEOS VEGETAIS LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRIBUIÇÕES AO
SALÁRIO-EDUCAÇÃO INCRA SESI SENAI E SEBRAE BASE DE
CÁLCULO CONSTITUCIONALIDADE

A Emenda Constitucional nº 33, de 2001, ao incluir o § 2º ao art. 149 da Constituição Federal, apenas elenca, exemplificativamente, as bases econômicas sobre as quais as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico podem incidir, pelo que não há falar na impossibilidade das contribuições destinadas ao salário- educação, INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE continuarem a ser aplicadas sobre a folha de salários da empresa.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 1.022, I e II, parágrafo único, I e II, c/c o art. 489, todos do CPC, no que concerne à prestação jurisdicional insuficiente em razão de omissões presentes no julgado.

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 110 do CTN e 15 da Lei n. 9.424/1996, no que concerne à inexigibilidade do recolhimento das contribuições destinadas ao salário-educação, INCRA, SEBRAE, SENAI e ao SESI, calculadas sobre a folha de salários da empresa no período posterior a EC 33/2001.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n.

284/STF (“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”), uma vez que a parte recorrente alega, genericamente, a existência de violação do art. 1.022 do CPC de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem, contudo, demonstrar especificamente quais os vícios do aresto vergastado e/ou a sua relevância para a solução da controvérsia.

Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça já decidiu que “é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 se faz sem a demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.664.349/MG, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 15/2/2019; AgInt no REsp n. 1.247.725/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 8/2/2019; AgInt no REsp n. 1.157.185/MT, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 10/4/2018; AgInt no AREsp n. 510.571/PE, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 19/12/2016; EDcl no AgRg no REsp n. 1.108.053/RS, relator Ministro Reynaldo Soares Da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 12/8/2015.

Quanto à segunda controvérsia, é incabível o recurso especial porque a tese recursal é eminentemente constitucional.

Com efeito, “a verificação de eventual violação do acórdão da origem a preceito de índole constitucional não se conforma às hipóteses de cabimento do recurso especial” (REsp 1756473/RO, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 23/8/2018, DJe de 29/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no REsp 1614030/RS, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 11/2/2019, DJe de 13/2/2019; AgInt no REsp 1581960/ES, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 17/5/2018, DJe de 28/5/2018; AgInt no REsp 1573157/SC, relatora

Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 13/3/2018, DJe de 20/3/2018; e AgRg no AREsp 375.887/RJ, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 1º/3/2018, DJe de 9/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

